

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Tel. 517 700 Fax: +251-1-517844

CONSELHO EXECUTIVO
Vigésima Quinta Sessão Ordinária
20-24 de Junho de 2014
Malabo, Guiné Equatorial

EX.CL/864 (XXV)
Original: Inglês

**RELATÓRIO DA PRIMEIRA REUNIÃO DO COMITÉ DOS MINISTROS SOBRE O
SEGUIMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO RETIRO MINISTERIAL DE BAHIR DAR
E QUESTÕES LEVANTADAS RELATIVAS AO E-MAIL DO FUTURO**

05 de Junho de e 2014
Adis Ababa, Etiópia

RELATÓRIO DA PRIMEIRA REUNIÃO DO COMITÉ DOS MINISTROS SOBRE O SEGUIMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO RETIRO MINISTERIAL DE BAHIR DAR E QUESTÕES LEVANTADAS RELATIVAS AO E-MAIL DO FUTURO

05 de Junho de 2014

Adis Ababa, Etiópia

I. INTRODUÇÃO

1. Os Membros do Comité de Seguimento Ministerial para a Agenda 2063 (doravante referida como Comité Ministerial de Bahir Dar), proposto pelo Retiro do Conselho Executivo Ministerial de Bahir Dar em Janeiro de 2014 e endossado pela 24ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo em Janeiro de 2014, reuniu-se em Adis Abeba a 05 de junho de 2014, para reflectir sobre o seu mandato de fazer o seguimento e acompanhar o desenvolvimento da Agenda 2063 e questões decorrentes de outros documentos importantes e compromissos.

II. PARTICIPAÇÃO

2. Os seguintes Ministros e membros do Comité Ministerial de Seguimento presentes eram do Gana (Presidente), Ruanda, Etiópia e República Democrática do Congo. Os outros membros da Comissão foram representados pelos seus Representantes Permanentes junto da UA (Argélia, Angola, Camarões, Chade, Congo, Quênia e Malawi). O Presidente da Comissão da UA, o Secretário Executivo da Comissão Económica das Nações Unidas para a África e o Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento também participaram na sua qualidade de membros do Comité

3. OS Representante das seguintes Comunidades Económicas Regionais foram convidados participar na reunião: CEDEO, COMESA, ECCAS, CEN-SAD e IGD

II. PROCEDIMENTOS

Ponto 1 da Agenda: Cerimónia de Abertura

- **Discurso de Boas Vindas proferido Por S. E Dr. Nkosazana Dlamini-Zuma**

4. No seu discurso, o Presidente d CUA deu as boas vindas aos Ministros e todas as delegações a Adis Abeba e manifestou a esperança da reunião contribuir para reflexões colectivas sobre o futuro que queremos para o continente durante a próxima década e além.

Adopção da Agenda:

5. A agenda da Reunião foi adoptada com duas alterações:

- a) Relativamente à importância da Reunião, mais tempo deveria ser atribuído à forma como África iria conseguir alcançar a Agenda 2063
- b) Uma projecção de 7 minutos será feita sobre a Projecto da Barragem de Inga

Ponto 2 da Agenda: Relatório de Actividades do desenvolvimento da Agenda 2063

6. A Comissão da União Africana distribuiu um documento de apoio sobre a Agenda 2063 que serviu de base para os debates relativos à Agenda. O Presidente da CUA informou à reunião de que o documento Agenda 2063 tinha sido desenvolvido e apresentado aos Estados-Membros da UA para sua apreciação e comentários. Explicou igualmente que uma versão resumida da Agenda 2063 será apresentada aos Chefes de Estado através do Conselho Executivo durante a Cimeira de Malabo, com enfoque sobre questões estratégicas chave de grande importância para a agenda de desenvolvimento e transformação continental. O documento é uma declaração inspiracional forte que ultrapassa as vozes das pessoas que participaram nas consultas e o endosso pelo Chefes de Estado e Governo bem como um apelo à acção relativamente às questões críticas a serem abordadas a curto prazo. Sublinhou que o sucesso da Agenda 2063 depende de uma mudança radical do modo como África faz negócio. O continente deve concentrar-se estrategicamente em questões chave de desenvolvimento. De uma forma operacional, sugeriu que iria chamar a atenção dos Chefes de Estado da União sobre decisões chave de alta importância para uma abordagem mais orientada para resultados. Além disso, destacou a falta de compromisso dos líderes africanos relativamente aos desafios de desenvolvimento mais prementes.

7. O encontro e o intercâmbio ilustraram os seguintes pontos:

- c) O desafio que a União Africana enfrenta na implementação da Agenda de Desenvolvimento continental deve-se principalmente à falta de compromisso político. Neste sentido, uma liderança forte será importante para ajudar África a alcançar a Agenda 2063. Experiências em todo o mundo indicam que embora o desenvolvimento económico e a evolução libertadora da pobreza possam ter origens em vários modelos económicos, foi observado que o sucesso provém de uma liderança forte que tenha visão e capacidade de o implementar.
- d) No contexto da Agenda 2063, os líderes e povos africanos devem adoptar uma nova mentalidade e abordagem para assumir plenamente as suas responsabilidades no processo de transformação aos níveis nacional, regional e continental
- e) A estabilidade política é importante para o planeamento nacional, a sustentação de políticas microeconómicas e para criar um bom clima de

investimento. É importante encorajar a participação do sector privado na economia e a inclusão do sector rural na economia moderna.

- f) A implementação bem sucedida da Agenda 2063 exige o envolvimento estratégico das CER, BAD, e CEA.
- g) A eficácia da Agenda 2063 irá depender largamente da capacidade de África monitorizar, analisar e avaliar o seu trabalho e, fazer ajustamentos onde necessário

RECOMENDAÇÕES

8. A Comissão de Bahir Dar, percebeu que a forma como a União Africana faz o seu negócio é fundamental na condução da Agenda Africana em geral e no sucesso da Agenda e 2063 em particular

9. O Comité reflectiu sobre como a União Africana faz negócio, incluindo os seus métodos de trabalho, seus mecanismos, seus mecanismos de acompanhamento relativamente às decisões dos Órgãos da UA e suas relações com o CERS e outros parceiros.

10. O Comité propôs as seguintes questões que iriam necessitar de reflexão e debate pelo Conselho Executivo

- i) A necessidade de rever a organização das reuniões da União Africana para garantir a sua concentração em todos os níveis e para melhorar a sua eficácia e eficiência. A este respeito, o Comité recomendou o seguinte:
 - a) O Conselho Executivo não devia reunir-se apenas durante as Cimeiras, mas devia acrescentar mais 2 (duas) sessões Ordinárias entre as cimeiras e uma sessão extraordinária sempre que necessário. Isso permitiria ao Conselho Executivo assumir a sua responsabilidade de levar avante o trabalho da União. Foi salientado o facto de Conselhos Executivos de outras organizações multilaterais reunirem-se mais frequentemente, por exemplo, o Conselho de Ministros da UE reúne-se mensalmente e e quando necessário.
 - b) Avaliação constante e melhorias contínuas dos mecanismos, processos e abordagem ao trabalho da União Africana;
 - c) As Agendas das Cimeiras devem ser simplificadas para focalizar em algumas questões estratégicas importantes e receber e apreciar os relatórios de actividades sobre a implementação de decisões. Este trabalho deve ser reforçado pelo empenho político do Conselho Executivo de se encarregar do trabalho da União.

- d) O Comité de Bahir Dar solicitou a Comissão para analisar e aconselhar se estas reformas necessitariam a revisão do Acto Constitutivo ou/ os Estatutos relevantes e Regulamento interno.
- ii) Relativamente ao exposto acima, a Presidente da Comissão da UA foi solicitada a instituir uma Missão de Estudo a várias Organizações multilaterais semelhantes como a EU e ASEAN, MERCUR com vista a estudar os seus mecanismos de trabalho.
- iii) As Comunidades Económicas Regionais fazem parte da União Africana e são as pedras angulares da UA. Contudo, é necessário analisar a relação de trabalho para torná-las mais eficientes, eficazes e reforçá-las. Salientou-se que existe a necessidade de acelerar a racionalização das CER e evitar a sobreposição de afiliação que pode confundir. A ideia de reestruturar as CER em apenas cinco por cada região geográfica deve ser urgentemente revisitada e analisada
- iv) Existe uma necessidade urgente de concluir as Avaliação de Parcerias com várias instituições e outros países, incluindo como a União Africana se prepara para essas reuniões de parceira, a fim de falar uma só voz.
- v) O Comité manifestou ainda preocupação sobre a falta de reconhecimento da União Africana por várias Organizações internacionais e a tendência de tratar África com desprezo. Um exemplo foi dado da falta de reciprocidade de acreditação da União Africana nas Nações Unidas, tendo a Comissão que se encontra a trabalhar com os Representantes Permanentes dos Estados Membros em Nova Iorque sido solicitados a tomar medidas para corrigir esta situação.
- vi) Foi salientado que existe uma crescente necessidade de permitir a voz dos Cidadãos Africanos, ao fazermos avançar a Agenda de África. Isto foi evidente no desenvolvimento de, e na articulação das aspirações para a visão da Agenda 2063.
- vii) A Comissão destacou que a União Africana tem muitas estruturas políticas continentais numa variedade de questões. Ao mesmo tempo, existe a proposta de se desenvolverem Objectivos de Desenvolvimento Panafricanos. Foi sugerido que esses objetivos poderiam fornecer uma plataforma comum sob o quadro global da Agenda 2063. A Comissão foi solicitada a reflectir sobre esta proposta e a enviá-la para um debate mais aprofundado.
- viii) A Comissão concordou com a recomendação de que além do Quadro Técnico do documento Agenda 2063 mais longo, se devia desenvolver um documento inspirador, mais resumido para apresentação à Cimeira de Malabo. O projecto de Agenda 2063 (Manifesto) será distribuído a todos

os membros da Comité e Estados-Membros para comentários antes da sua apresentação à Cimeira.

- ix) A Comissão debteu a visão para o estabelecimento de uma Zona de Comércio Livre Continental até 2017 e como acelerar a sua realização. Foi acordado que este assunto deveria ser deliberado de forma mais aprofundada pelo Conselho Executivo. Foi acordado que se devia envolver as CER, Empresas e o Setor privado e outros intervenientes. Neste processo, foi acordado que este assunto devia ser abordado antes da primeira reunião da plataforma de diálogo entre estes principais intervenientes, conforme acordado em princípio. A decisão sobre o Fórum de Crescimento de África, será apresentada na Cimeira de Janeiro de 2015 e o primeiro fórum, realizado no mesmo ano. A questão da Zona de Comércio Livre Continental deverá constar da agenda deste primeiro fórum.
- x) O Comité concordou ainda sobre a importância da participação dos Secretários Executivos das CER, além dos Presidentes das CER no Comité Ministerial de Bahir Dar como membros de pleno direito. O Comité concordou em transmitir esta proposta ao Conselho Executivo para sua apreciação e apoio, devendo solicitar ao Presidente da Comissão para enviar um convite aos Estados Membros para esse efeito.
- xi) O Comité concordou em recomendar ao Conselho Executivo a importância de realizar consultas preparatórias em Malabo sobre Cimeira África-EUA, a ser realizada em Washington em Agosto de 2014, para que África possa maximizar o seu benefício nesta reunião e falar a uma só voz.

Outros pontos analisados pela 1ª Reunião do Comité Ministerial de Acompanhamento de Bahir Dar

Ponto 3 da Agenda: As Questões de Integração delicadas, incluindo o Desenvolvimento de Infraestruturas e o Trânsito transfronteiriço:

a) Rede Ferroviária Integrada de Alta Velocidade

11. Este ponto foi apresentado pela Comissária Responsável pelas Infraestruturas e Energia. Na sua apresentação, ela informou a reunião acerca do objectivo e âmbito do projecto, sublinhando o facto de que esta iniciativa poderia ser um projecto emblemático da Agenda 2063, com o objectivo de facilitar as realizações da visão da UA de uma África próspera e integrada. A reunião teve conhecimento de que esta iniciativa baseia-se no princípio de uma soberania integrada e que é considerado como motor chave para a integração social e económica através, entre outros, do reforço do comércio inter-africano, edificação da paz e segurança no continente; promover a livre circulação de pessoas, bens e serviços. A iniciativa reforçaria e apoiaria a

implementação de quadros continentais, nomeadamente PIDA, CFTA, CAADP, AIDA, AMV, MIP, Plano de Acção de Produtos Farmacêuticos, etc.

12. A reunião foi informada que a visão era trabalhar para a manufacturação de todos os componentes deste projecto no continente, aprender e construir com base no exemplo da companhia Airbus. Isto contribuiria entre outros, para a geração de altos postos de trabalho, o estabelecimento de centros de excelência e o fomento da actividade económica em África.

13. A reunião foi informada sobre o debate em curso realizado com a China, visando contribuir para o funcionamento deste projecto. Esta última, mostrou interesse e disposição de apoiar o processo que contribuirá para a modernização dos transportes em África. Outros parceiros serão contactados para apoiar o projecto. A Infraestrutura de Rede Ferroviária de Alta Velocidade poderá ser utilizada por outros tipos de infraestruturas (banda larga, água, electiridade, etc...). Finalmente, observou-se que foi criada uma equipa de trabalho para elaborar a estratégia e Plano de Acção para a implementação da Rede Ferroviária de Alta Velocidade.

14. A reunião regozijou-se com a CUA por ter tomado esta iniciativa, tendo salientado a necessidade de se criar a política certa e quadros reguladores para o sector ferroviário. Neste sentido, a reunião observou que devido aos aspectos multidimensionais desta iniciativa, era necessário assegurar que existe sinergia com os actuais projectos de infraestruturas existentes e criar um valor acrescentado bem definido, comparado com o resto dos meios de transporte. Recomendou-se também a inclusão deste projecto na Agenda 2063.

Acções de Acompanhamento: Apresentar a iniciativa de Rede Ferroviária Integrada de Alta Velocidade ao Conselho Executivo, durante a Cimeira de Malabo, para apreciação e adopção.

b) Aviação

15. A reunião observou que a quota da indústria de aviação africana foi de 20% do total do mercado da aviação africana e que os países africanos estavam a dar melhor acesso a companhias externas. Isto criou dificuldades a companhias aéreas africanas para sobreviver e concorrer ao nível global. Neste sentido, a reunião foi informada que a Etiópia preparou um projecto de Nota Conceitual sobre a unificação do Espaço Aéreo de África e a Criação de uma Autoridade Supranacional Africana. A reunião acolheu com agrado a iniciativa e vincou a necessidade de se elaborar quadros de políticas e reguladoes adequados para o desenvolvimento do mercado de aviação africana. A reunião foi ainda informada que uma equipa de trabalho tinha sido constituída para avaliar os desefios enfrentados pelos países africanos na implementação da Decisão de Yamoussoukro e fazer as recomendações necessárias.

Acções de Acompanhamento: A CUA deverá trabalhar em colaboração com as CER, AFCAC, UNECA e BAD para analisar os desafios e oportunidades no sector de aviação, sobretudo, na implementação da Decisão de Yamoussoukro relativa ao

transporte aéreo, tomando em consideração o projecto de nota conceitual proposto pela Etiópia sobre a unificação do espaço aéreo de África, e propor as próximas medidas e via a seguir, à consideração da Cimeira da UA de Janeiro de 2015.

c) Implementação do Grande Projecto da Barragem de Inga

16. A reunião tomou conhecimento do estado de implementação do Projecto de Barragem de Inga, especialmente as necessidades pendentes em matéria de finanças. Dos 260 milhões de Dolares necessários, foram assegurados 200 milhões de Dólares, restando um défice de 60 milhões de Dólares para a conclusão dos estudos de viabilidade do Projecto. O grande Projecto de Barragem de Inga será executado por fases com base na Parceria Público-Privada (PPP), que serviria para a mobilização dos fundos necessários. Indicou-se também que foi assinado um acordo entre a RDC e a África do Sul para a compra de 2.500 Mega Watts que contribuiriam para melhorar a retabilidade dos recursos do projecto e incentivar os investidores privados a participar no financiamento do projecto.

17. A reunião observou que a Grande Barragem de Inga contribuiria para a ligação das centrais hidroeléctricas regionais no continente e salientou a importância do Projecto da Grande Barragem de Inga e exortou para o seu apoio.

Acções de Acompanhamento: A CUA deve desenvolver um quadro continental regulador harmonizado para o sector da energia e submetê-lo aos órgãos decisórios.

d) Rede-EPanafricana

18. A reunião tomou conhecimento de que o objectivo do Projecto de Rede-EPanafricana é assistir os países africanos no desenvolvimento de capacidades, prestando serviços de tele-educação e tele-medicina por meio de consultas médicas em linha ao pessoal médico nas localidades dos pacientes finais em África, por especialistas médicos indianos.

19. Os debates da reunião realçaram que a África deve apropriar-se do projecto mediante a provisão do conteúdo para a aprendizagem-E e apoiar o financiamento da operacionalização e gestão deste projecto.

Acções de Acompanhamento: A CUA deve desenvolver um plano de implementação para a iniciativa de Rede-E Africana, a ser submetido à Cimeira de Janeiro.

Ponto 4 da Agenda: Estabelecimento da Universidade Virtual mediante a consolidação de iniciativas e estratégias africanas sobre o desenvolvimento do capital humano, ciência, tecnologia e inovação através da capitalização da revolução digital e conhecimento global

20. A reunião tomou nota da apresentação da CUA que destacou a importância de um maior aprovisionamento de mão-de-obra qualificada para a “África que queremos”,

nos termos do quadro da Agenda 2063. Neste sentido, a Universidade Panafricana vai melhorar a formação técnica e profissional ligada às necessidades específicas no mercado do trabalho africano. Isto visa munir a camada juvenil de competências adequadas tanto para o sector formal como informal, incluindo competências para a criação de pequenas empresas. A mesma enfatizou que a Universidade Virtual não requer infra-estruturas pesadas, mas deve sim ser erguida com base nas conexões e redes existentes no continente. O apresentador salientou a necessidade de uma forte determinação dos países africanos para a concretização deste projecto, que contribuirá para a interligação de Universidades Africanas.

21. A reunião sublinhou a urgente necessidade de acelerar a criação da Universidade Virtual Panafricana. Reconheceu-se igualmente a importância da avaliação da capacidade e inventário, por forma a definir as necessidades em matéria de infra-estruturas e os investimentos necessários para a implementação da Universidade Virtual Panafricana.

Acções de Acompanhamento: A CUA deve levar a cabo uma avaliação das redes universitárias existentes no continente (estado, capacidade de criação dos centros, fundos necessários, etc...) e formular propostas sobre a via a seguir. Isto deverá ser submetido à consideração da Cimeira da UA de Janeiro de 2015.

Ponto 5 da Agenda: O desenvolvimento duma Estratégia de Produtos, que resultará na reconquista de África na fixação de preços à produtos básicos

22. Neste ponto, a Reunião tomou nota da apresentação do desenvolvimento duma estratégia de produtos como foi decidido durante o Retiro de Bahir Dar. O apresentador destacou que foi preparado um documento de síntese e foi criado um grupo de trabalho composto por Departamentos relevantes da CUA, UNECA e do BAD.

23. Os debates da Reunião sublinharam os seguintes pontos:

- a) A necessidade de produtos com base na industrialização através duma política industrial coerente que se concentra na agregação de valores em África;
- b) A necessidade da África combater a volatilidade de preços de produtos.

Acções de seguimento: Estabelecer um grupo de trabalho incluindo os departamentos da CUA e dos parceiros externos para desenvolverem um plano de acção decorrente das lacunas identificadas no inventário para a apresentação na Reunião de Dezembro.

Ponto 6 da Agenda: A criação duma Plataforma Anual de África (política, sector empresarial e privado, intelectual, sociedade civil, etc.)

24. A União Africana fez uma apresentação sobre o historial, fundamentos e objectivos da Plataforma Anual de África. A este respeito, o apresentador sublinhou o objectivo desta iniciativa, que é de criar um espaço para o diálogo político entre os países Africanos sobre a melhor forma de aproveitar o desempenho macro-económico actual do continente para um desenvolvimento mais inclusivo e abrangente. Recordou que a Plataforma é um evento independente que irá desempenhar um papel fundamental em reunir empresários e investidores públicos e privados a partir de África e da diáspora, a fim de debater formas de melhorar o perfil de fazer negócios em África. Ressaltou ainda que o fórum irá fornecer uma boa oportunidade para um diálogo construtivo sobre a forma de envolver o sector privado para enfrentar os desafios contemporâneos da África. A Reunião foi informada que o Fórum será uma plataforma de alto nível para interagir com líderes políticos num diálogo construtivo, concreto e onde as partes envolvidas são responsabilizadas.

25. Os debates da Reunião sublinharam os seguintes pontos:

- a) O papel fundamental do sector privado na edificação e implementação desta plataforma de diálogo continental;
- b) A abordagem de negócios do fórum deve focalizar se estrategicamente em parcerias público-privadas para angariar fundos;
- c) A necessidade de tomar medidas urgentes para a facilitação de vistos para facilitar os movimentos de investidores Africanos;
- d) A necessidade de uma abordagem de baixo para cima para dar espaço aos líderes empresariais em destacar as questões de grande importância para acelerar a industrialização e o comércio intra-Africano;
- e) A importância da plataforma na aceleração da agenda de integração regional do continente, a fim de alcançar a visão de um continente próspero e integrado no âmbito da Agenda 2063.

Acções de seguimento: A Comissão da União Africana deve envolver os países Africanos, bem como as partes interessadas relevantes para elaborarem uma proposta detalhada para ser submetida aos Ministros da Economia e Finanças para a sua consideração. A versão revista do documento deve ser apresentada ao Conselho Executivo, em Janeiro de 2015. A CUA foi igualmente solicitada a sugerir possíveis nomes alternativos para a plataforma no sentido de evitar a replicação dos nomes do Fórum Económico Mundial.

Ponto 7 da Agenda: Zona Continental de Comércio Livre (CFTA)

26. A CUA fez uma apresentação sobre o estado da implementação da CFTA O apresentador sublinhou o marco fundamental da CFTA nomeadamente: (i) a Tripartida e (ii) o segundo bloco. Ressaltou que a aceleração da CFTA requer edificação com base na experiência e nas estruturas das Zonas Livres de Comércio existentes nas CERs para promover a integração continental em África. Ressaltou, ainda, que esta deve constituir a base para o estabelecimento dos princípios, objectivos e disposição do protocolo, de sequenciamento e de instituições. Referiu igualmente a necessidade de abordar os constrangimentos principais em prol da CFTA (Barreiras Não-Tarifárias e a falta de livre circulação de pessoas).

27. Os debates da Reunião focalizaram se no seguinte:

- a) A necessidade de envolver o Ministro do Comércio no processo de implementação da CFTA;
- b) O imperativo da criação de uma estratégia de comunicação para defender e promover os benefícios da Zona de Comércio Livre para destacar os ganhos esperados dum mercado alargado;
- c) A abordagem actual de procurar consenso sobre questões de desenvolvimento entre todos os países Africanos está a abrandar o processo de desenvolvimento e integração do continente. Neste sentido, a reunião destacou que a Agenda de integração poderia ser dirigida por uma coligação de abordagem disposta;
- d) A África deve resolver os problemas de credibilidade para produzir resultados a tempo. Neste sentido, se a África não evitar inconsistências de tempo e aumentar credibilidade, ela irá promover desencanto e fazer os jovens Africanos duvidar do empenho dos seus líderes para acelerar a integração económica e estabelecer condições para um crescimento mais inclusivo e sustentável.
- e) O incumprimento da decisão da Cimeira de Janeiro de 2012 sobre a CFTA irá afectar negativamente a reputação da União e deverão ser tomados todos os esforços para garantir a implementação.

28. A luz dos debates, a Reunião recomendou:

- a) Para se ter uma visão comum sobre o que deve ser feito para avançar no sentido de estabelecer a CFTA com livre circulação de bens, serviços e pessoas, que é a melhor maneira de promover o desenvolvimento socio-económico em África;
- b) O estabelecimento da CFTA deveria prosseguir com base no princípio de “coligação disposta”. Uma massa crítica de países que estão prontos a

começar com o processo deveriam começar, enquanto os que ainda não estão prontos irão juntar se quando estiverem prontos;

- c) Os Estados Membros deveriam estar prontos para financiarem o processo da CFTA e evitar dependência de recursos proporcionados por terceiras partes para esta iniciativa importante;
- d) Para aumentar a credibilidade dos líderes políticos na implementação da agenda de desenvolvimento continental;
- e) A CUA para reflectir sobre uma oferta Africana de produtos para impulsionar o comércio intra-Africano.

Acções de seguimento: A CUA deveria realizar um estudo para avaliar o comércio Intra-Africano para que tenha estatísticas actualizadas.

Ponto 8 da Agenda: Diversos

29. Sob este item, os seguintes pontos foram levantados:

- a) A Comissão deverá pôr em prática uma estratégia de comunicação coerente para informar os Estados-Membros sobre o resultado da primeira Reunião do Comité de Ministros para fazer acompanhamento da implementação do Retiro Ministerial de Bahir Dar e das questões decorrentes no e-mail do futuro;
- b) Durante a Cimeira de Malabo, a CUA deveria convocar um debate preparatório com Líderes Africanos sobre a próxima Cimeira África-EUA, que está programada para se realizar em Agosto de 2014. A importância desse debate preparatório é para a concepção duma posição comum Africana para ser apresentada durante a Cimeira.
- c) A reunião de ministros deve ser estendida de modo a incluir as CERs.

Acções de seguimento:

- As decisões importantes e recomendações contidas neste Relatório Ministerial devem ser encaminhadas para o Conselho Executivo.
- Durante a Cimeira de Malabo, a CUA deveria convocar um debate preparatório com Líderes Africanos sobre a próxima Cimeira África-EUA, que está prevista para Agosto de 2014 no sentido de delinear uma posição comum Africana a ser apresentada durante a Cimeira.

Ponto 9 da Agenda: Sessão de Encerramento

30. A Presidente da CUA agradeceu aos Ministros e a todos os participantes pelas suas contribuições construtivas nesta primeira Reunião do Comité de Ministros de acompanhamento da implementação do Retiro Ministerial de Bahir Dar e das questões

decorrentes no e-mail do futuro. Instou à rápida implementação das decisões importantes que foram tomadas e a haver constante monitorização e avaliação do progresso.

2014

Report of the 1st meeting of the
committee of ministers to follow up on
the implementation of the Bahir Dar
Ministerial retreat and issues arising
from the email from the future 05 June
2014 Addis Ababa, Ethiopia

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4610>

Downloaded from African Union Common Repository